
WP3 Pacote de formação baseado em simulação

Título do Módulo: Módulo 4: Ferramenta de Auditoria ao Desenvolvimento Urbano (UDAT)

Introdução ao módulo

Este módulo faz parte do Pacote de Formação Baseada em Simulação do ACT4DYS (WP3), desenvolvido para capacitar animadores juvenis, formadores e jovens a tornarem-se contribuintes ativos para um desenvolvimento urbano inclusivo em relação à deficiência.

O Módulo 4 (Ferramenta de Auditoria ao Desenvolvimento Urbano – UDAT) baseia-se nos conhecimentos e competências desenvolvidos nos módulos anteriores e centra-se num dos desafios mais críticos do desenvolvimento urbano inclusivo: o fosso entre as políticas de acessibilidade e a sua implementação no mundo real. Embora os quadros internacionais e europeus estabeleçam a acessibilidade como um direito fundamental, muitos ambientes urbanos continuam, na prática, a ser inacessíveis. A Ferramenta de Auditoria ao Desenvolvimento Urbano (UDAT) é apresentada como um método prático e estruturado para colmatar este fosso.

Em vez de encarar as barreiras urbanas como problemas isolados, este módulo permite aos participantes avaliar sistematicamente o ambiente construído, os sistemas de transportes, os quadros políticos e os serviços digitais. Transforma observações do quotidiano — tais como percursos obstruídos, paragens de transportes inacessíveis ou plataformas digitais não conformes — em evidências objetivas e mensuráveis, alinhadas com normas reconhecidas. Ao fazê-lo, desloca o foco da identificação de problemas para o desenvolvimento de soluções baseadas em dados e exequíveis, que possam ser compreendidas e implementadas pelas autoridades públicas.

A quem se destina este módulo?

Este módulo foi concebido para **animadores juvenis, formadores de jovens e profissionais** que apoiam a participação dos jovens em ambientes urbanos. É também altamente relevante para quem trabalha em **processos de defesa de direitos, desenvolvimento comunitário, elaboração de políticas ou planeamento urbano**. Não é necessário qualquer conhecimento técnico prévio. O módulo está acessível a profissionais que desejem compreender como a acessibilidade é avaliada na prática e desenvolver as competências necessárias para apoiar os jovens na **auditoria de ambientes urbanos e na defesa de mudanças inclusivas**.

O que irá aprender?

No final deste módulo, será capaz de:

- Explicar os princípios, critérios e indicadores-chave utilizados para avaliar a acessibilidade em ambientes urbanos;
- Analisar os desafios de acessibilidade utilizando uma **abordagem estruturada e baseada em dados**;
- Identificar e documentar barreiras nas infraestruturas pedonais, nos sistemas de transportes, nos quadros políticos e nos serviços digitais;
- Aplicar a **Ferramenta de Auditoria ao Desenvolvimento Urbano (UDAT)** para avaliar sistematicamente os ambientes urbanos;
- Traduzir observações do mundo real em **métricas padronizadas e pontuações de impacto quantificáveis**;
- Interpretar a relação entre os quadros internacionais/da UE em matéria de acessibilidade e a sua implementação a nível local;
- Desenvolver **propostas cívicas baseadas em evidências** que respondam diretamente às barreiras identificadas;
- Reforçar as competências de trabalho em equipa, comunicação e defesa de causas através de um cenário de simulação colaborativo.

Como está estruturado este módulo?

O módulo está organizado em quatro secções interligadas:

- **Conhecimento teórico** — introdução à Ferramenta de Auditoria do Desenvolvimento Urbano, incluindo a sua estrutura (critérios, métricas, evidências, pontuação de impacto e propostas cívicas), e os quadros de acessibilidade internacionais e da UE que a sustentam;
- **Conhecimentos Práticos e Perspetivas** — experiências reais de jovens com deficiência, conclusões da investigação do ACT4DYS, exemplos de práticas urbanas inclusivas e o papel dos animadores juvenis na facilitação de auditorias e na defesa de causas;
- **Cenário de Simulação** — um exercício colaborativo e baseado em papéis, no qual os participantes atuam como auditores e defensores, avaliam um ambiente urbano utilizando a Ferramenta, atribuem pontuações de impacto e desenvolvem e apresentam propostas cívicas;



Co-funded by
the European Union



- **Recursos** — materiais de apoio, incluindo um glossário, bibliografia, fichas de atividades, ferramentas de avaliação, orientações para formadores e links para leituras complementares e para o portfólio eletrónico do ACT4DYS.

Este módulo no pacote de formação mais abrangente

Este módulo é o quarto e último módulo do Pacote de Formação ACT4DYS. Baseia-se em:

- **Módulo 1** — Compreender o Ambiente Urbano: Implementar o Design Universal
- **Módulo 2** — Melhorar os meios de transporte alternativos: incentivar práticas sustentáveis
- **Módulo 3** — Criação de espaços públicos adaptados aos jovens

O Módulo 4 constitui o **culminar prático e metodológico** do pacote de formação, apresentando uma ferramenta concreta que integra os conceitos explorados nos módulos anteriores numa abordagem estruturada e baseada em evidências para avaliar e melhorar os ambientes urbanos.

Em conjunto, os quatro módulos proporcionam aos animadores juvenis e aos jovens um **conjunto de ferramentas abrangente e prático** para promover um desenvolvimento urbano inclusivo para pessoas com deficiência. Tal como todos os módulos do pacote, os materiais estão em conformidade com os quadros europeus de acessibilidade e refletem princípios consistentes com **o Design Universal e as normas de aprendizagem inclusiva**.

Módulo desenvolvido pela CARDET.

Este cenário está disponível ao abrigo da [licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional \(CC BY 4.0\)](#).

Conhecimentos teóricos:

O cerne deste módulo reside na Ferramenta de Auditoria ao Desenvolvimento Urbano ACT4DYS, que é utilizada como um motor de auditoria e defesa de causas. Esta ferramenta vai além da ideia de uma simples lista de verificação, servindo, em vez disso, como um método estruturado para recolher dados sobre a exclusão e propor soluções ao nível das políticas. Os animadores juvenis, os jovens e os jovens com deficiência que desejem defender cidades inclusivas e acessíveis podem utilizar a Ferramenta para gerar dados claros e mensuráveis sobre a exclusão e propor soluções práticas e exequíveis às autoridades locais.

Para utilizar eficazmente a ferramenta, os participantes devem, em primeiro lugar, compreender a sua estrutura em cinco partes, que funciona como uma matriz de auditoria. A auditoria começa com o Critério (Norma), ou seja, a regra ou requisito que precisa de ser verificado, como o princípio do Design Universal para a Mobilidade (UDM). O UDM estabelece que os espaços públicos devem ser concebidos de forma a que todos possam utilizá-los sem necessidade de adaptações especiais.

Em seguida, a auditoria verifica a Métrica (Medição), que se refere à forma como a verificação é realizada. Trata-se do teste específico realizado no espaço urbano fictício ou real. Por exemplo, a Pontuação do Percurso de Passagem mede se um passeio tem, pelo menos, 1,5 metros de largura para permitir que dois utilizadores de cadeiras de rodas passem em segurança.

A credibilidade da ferramenta assenta em provas documentadas, registadas na secção «Conclusões/Provas da Auditoria», onde os participantes registam exatamente o que observam, por exemplo: «Medimos a largura do passeio em 0,8 metros, devido às mesas de café que bloqueavam o caminho.»

A ferramenta aplica esta estrutura a quatro aspetos críticos da vida urbana, garantindo que cada verificação técnica está diretamente ligada a um impacto na acessibilidade, na independência e na dignidade. Apresentam-se abaixo as quatro

secções, incluindo o Critério, a Métrica e a razão pela qual é importante auditar estas secções.

Secção 1: Infraestruturas para peões — Esta secção garante o direito básico à mobilidade segura e independente.

Critério	Métrica	Por que é importante
Design Universal para a Mobilidade (UDM)	Teste de usabilidade de rampas (verifica o padrão de inclinação máxima de 1:12).	As rampas íngremes são inutilizáveis e representam um risco para a segurança (risco de capotamento ou quedas).
UDM	Pontuação do Percurso de Passagem (verifica se a largura livre é de, pelo menos, 1,5 m).	Se o caminho for demasiado estreito, os utilizadores são forçados a circular na rua ou não conseguem deslocar-se em conjunto, o que causa exclusão social e problemas de segurança.
Orientação Tátil e Visual	Verificação de Segurança Direcional (TGSI) (Verifica se existe pavimento texturado nos cruzamentos).	A ausência ou a confusão na orientação tátil significa que os utilizadores cegos ou com baixa visão não conseguem orientar-se com segurança ou de forma autónoma, o que conduz à exclusão total.
Segurança	Índice de Impacto de Obstáculos (Mede o risco decorrente de mobiliário urbano, como postes de amarração/sinais).	Os obstáculos que se confundem com o ambiente (baixo contraste) ou que estão colocados demasiado baixos (armadilhas para bengalas) constituem riscos físicos graves que privam a autonomia e provocam colisões.

Secção 2: Transportes públicos — Esta secção garante a liberdade de mobilidade e o acesso a oportunidades

Critério	Indicador	Por que é importante
Acessibilidade do sistema	Acesso ao veículo e verificação de lacunas (verifica a ligação entre o veículo e a paragem).	Se houver uma grande distância ou uma rampa danificada, o veículo de transporte público torna-se inutilizável, o que leva à inacessibilidade e ao incumprimento de compromissos.
Acessibilidade da informação	Clareza das informações sobre a viagem (verifica se as	Sem informações fiáveis e claras, os utilizadores não



	informações em tempo real estão disponíveis em formatos áudio e visual).	conseguem planear a sua viagem, o que leva a confusão, stress e ligações perdidas.
Sustentabilidade	Pontuação do Transporte Ecológico Partilhado (Verifica o estacionamento e a gestão da micromobilidade).	As soluções ecológicas não devem criar novos obstáculos. O estacionamento mal gerido cria novos perigos no percurso acessível.
Viagem	Teste de Transferência Sem Interrupções (Verifica a acessibilidade entre diferentes modos de transporte).	A acessibilidade de uma viagem é determinada pelo seu elo mais fraco. As transferências difíceis causam atrasos significativos e fadiga.

Secção 3: Política Urbana — Esta secção garante que as vozes dos jovens sejam incluídas no processo de tomada de decisões

Critério	Indicador	Por que é importante
Política	Verificação do Mandato «Acessibilidade em Primeiro Lugar» (Verifica se as regras de planeamento exigem a acessibilidade desde o início).	Se a acessibilidade for uma consideração secundária em vez de um requisito obrigatório, isso indica que a inclusão não é uma prioridade no planeamento urbano oficial.
Finanças	Orçamento Dedicado à Inclusão (Verifica se há verbas reservadas para eliminar barreiras).	Sem um orçamento específico, as características de acessibilidade não serão mantidas e os novos projetos necessários não serão financiados.
Defesa	Participação em comités consultivos (Verifica se é obrigatória a presença de pessoas com deficiência nos conselhos de planeamento).	Se forem tomadas decisões sobre pessoas com deficiência sem o contributo destas, tal conduzirá a projetos mal concebidos e à exclusão contínua, minando a confiança.
Dados	Transparência de dados específicos (Verifica se a cidade partilha dados separados por tipo de deficiência).	Se a cidade não recolher dados que demonstrem que as pessoas com deficiência enfrentam barreiras, poderá alegar que o problema não existe.

Secção 4: Acessibilidade digital — Esta secção garante a igualdade de acesso à vida cívica e à informação

Critério	Indicador	Por que é importante
WCAG	Pontuação de Acessibilidade Digital (Verifica a conformidade do site com leitores de ecrã).	Se os formulários ou portais de reclamação online forem inutilizáveis, os utilizadores

		ficam impedidos de participar na vida cívica (por exemplo, comunicar uma barreira ou aceder a informações essenciais).
TIC	Usabilidade dos ecrãs públicos (verifica a altura, o contraste e a adaptabilidade dos ecrãs informativos, máquinas de bilhetes e quiosques).	A tecnologia deve facilitar a vida na cidade, mas se os ecrãs estiverem demasiado altos ou com pouca luminosidade, não tiverem saída de áudio ou utilizarem texto excessivamente complexo, isso impede os utilizadores com deficiências físicas, visuais ou intelectuais de aceder a informações essenciais.
Comunicação	Inclusão nas redes sociais (verifica a presença de legendas e descrições em texto alternativo nas publicações oficiais da cidade).	As redes sociais são onde os jovens se informam. A falta de legendas ou descrições significa que a cidade nos está a excluir do debate público.

Esta auditoria detalhada conduz à Pontuação de Impacto (1-5). O sistema de pontuação foi concebido para medir a exclusão, em vez de apenas falhas técnicas, atribuindo um número para classificar o grau em que a barreira exclui as pessoas e a gravidade do impacto.

- Pontuação 5 (Prática Exemplar): Significa inclusão, ou seja, a área excede o padrão mínimo e promove o mais alto nível de usabilidade para todos.
- Pontuação 4 (Barreira Menor / Aceitável): Indica que o espaço cumpre o padrão mínimo. Está em conformidade e é utilizável, sem grandes problemas de segurança ou de acesso.
- Pontuação 3 (Barreira moderada / Conformidade parcial): Indica que o espaço é utilizável, mas com dificuldades, falhando frequentemente num parâmetro (por exemplo, sinalização não crítica). Requer apenas pequenas modificações para atingir a conformidade.
- Pontuação 2 (Barreira Grave / Não Conforme): Indica um problema grave de segurança ou acesso. Não cumpre um critério essencial (por exemplo,

inclinação inadequada da rampa ou falta de informação) e requer uma reformulação significativa para garantir a segurança e o acesso.

- Pontuação 1 (Barreira Elevada / Exclusão Total): Esta é a constatação mais grave. A barreira é tão profunda (por exemplo, escadas sem rampa ou um caminho totalmente bloqueado) que uma pessoa com deficiência não consegue utilizar o espaço de todo, o que representa uma negação total de direitos.

Por fim, o processo conclui-se com «The Pitch/Proposta Cívica», que constitui a solução, na qual é proposta uma ação específica e prática para a cidade.

Para compreender melhor como utilizar e preencher a Ferramenta de Desenvolvimento Urbano, segue-se um exemplo detalhado de uma auditoria hipotética realizada no centro da cidade de Nicósia, no Chipre. Este exemplo demonstra como traduzir observações do mundo real em pontuações de impacto quantificáveis e propostas cívicas baseadas em evidências. Utilize este modelo de quadro de avaliação para praticar a identificação de falhas em critérios específicos (por exemplo, inclinação inadequada de uma rampa) e transformá-las em recomendações profissionais e exequíveis que falem a linguagem das autoridades locais e contribuam diretamente para os objetivos de defesa de políticas do projeto.



Secção 1: Infraestruturas para peões e espaços públicos

Critério (Norma)	Métrica (Medida)	Conclusão da auditoria / Prova	Pontuação de impacto (1-5)	Proposta Cívica
UDM: Percursos contínuos e desobstruídos	Pontuação do percurso de passagem: Mede a frequência com que o percurso pedonal é suficientemente largo (mín. 1,5 m) para permitir que duas pessoas, como dois utilizadores de cadeiras de rodas ou uma pessoa e um carrinho de bebé, se cruzem em segurança.	Inúmeros painéis publicitários em forma de A e cadeiras de café reduzem permanentemente a largura livre do percurso para menos de 1 m em cinco locais diferentes ao longo do troço.	1	Mandato de aplicação: Implementar um mandato de «Tolerância Zero para a obstrução dos passeios». Exigir que todos os estabelecimentos comerciais mantenham uma largura mínima de 1,5 m no percurso livre, passível de aplicação imediata de multa, sem aviso prévio.
UDM: Acessibilidade vertical	Teste de usabilidade das rampas: Mede a inclinação das rampas e dos rebaixamentos dos passeios para garantir que são seguros e fáceis de utilizar por utilizadores de cadeiras de rodas sem assistência ou por pessoas com mobilidade reduzida.	Muitos rebaixamentos de passeio mais antigos são íngremes (inclinação estimada de 1:8) ou terminam abruptamente num rebordo elevado, tornando impossível a utilização autónoma ou segura por cadeiras de rodas ou scooters.	2	Reabilitação das infraestruturas: Lançar um programa à escala da cidade para adaptar todos os rebaixamentos de passeio não conformes no centro da cidade, de modo a cumprir a norma europeia de inclinação máxima de 1:12 no prazo de 12 meses.
TGSI: Orientação Tátil e Visual	Verificação de segurança direcional: Verifica se o pavimento texturado (TGSI — Indicadores Táteis de Superfície do Solo) está corretamente colocado para alertar para	Os indicadores táteis da superfície do solo (TGSI) estão, na sua maioria, ausentes nos principais cruzamentos ou, quando presentes, estão velhos, danificados e obscurecidos por	1	Auditoria de Segurança: Realizar uma auditoria de segurança imediata em todos os cruzamentos principais e exigir a instalação de TGSI padronizados, de alto contraste e de alta qualidade em



Co-funded by
the European Union



Critério (Norma)	Métrica (Medida)	Conclusão da auditoria / Prova	Pontuação de impacto (1-5)	Proposta Cívica
	perigos, como passagens de peões, ou para orientar utilizadores com deficiências visuais.	pastilha elástica ou detritos.		todos os cruzamentos.
Segurança: Localização de obstáculos e mobiliário urbano	Pontuação de impacto dos obstáculos: Mede o risco de o mobiliário urbano (sinais, postes de amarração, bancos) causar tropeções, quedas ou colisões a utilizadores com deficiências visuais e de mobilidade.	Vários postes de metal estão colocados no meio do passeio. São cinzentos/prateados (baixo contraste) e suficientemente baixos para passarem despercebidos a um utilizador de bengala longa (uma «armadilha para a bengala»).	2	Normas de melhoria: Exigir que todos os postes de amarração novos e existentes sejam repintados em amarelo de alto contraste ou equipados com uma base detetável que cumpra as normas mínimas de altura para deteção com bengala.
PONTUAÇÃO TOTAL (Secção 1):	(Média das 4 pontuações de impacto)		1,5	

Secção 2: Transportes públicos e transportes ecológicos



Critério (Norma)	Métrica (Medida)	Conclusão da auditoria / Evidência	Pontuação de Impacto (1-5)	Proposta Cívica
Sistema: Acessibilidade de veículos e paragens	Verificação do acesso aos veículos e da distância: Avalia se o veículo (autocarro, elétrico, metro) e a paragem se ligam de forma segura (piso rebaixado, rampa funcional) com uma distância ou degrau mínimo.	A paragem de autocarro junto ao teatro municipal tem um pequeno abrigo, mas não possui plataforma elevada. A rampa do autocarro é acionada manualmente e de forma lenta, e a distância até ao passeio continua a ser grande e irregular.	3	Investimento em infraestruturas: Dar prioridade ao investimento na elevação das plataformas das paragens de autocarro para que correspondam à altura das entradas dos autocarros nas linhas de tráfego intenso, minimizando a distância e a dependência de rampas manuais.
Informação: Acesso multimodal	Clareza das informações de viagem: Avalia se as informações de viagem em tempo real (por exemplo, atrasos, chegadas) são fornecidas em vários formatos que todos possam utilizar (anúncios de áudio, texto claro em ecrãs de alto contraste).	Existem ecrãs digitais em tempo real, mas não estão disponíveis anúncios de áudio. O tipo de letra é fino e apresenta baixo contraste sob luz solar direta, não cumprindo os critérios visuais.	2	Melhoria do serviço: Integrar um sistema de anúncios de áudio simples e consistente (ou um código QR com ligação para informações de áudio) em todas as paragens de autocarro com ecrãs digitais, de modo a cumprir os requisitos de informação multimodal.
Sustentabilidade : Inclusão no transporte ecológico	Pontuação do Transporte Ecológico Partilhado: Avalia se as opções sustentáveis, como bicicletas elétricas e trotinetes partilhadas, estão posicionadas e geridas de forma a não criarem obstáculos para	As scooters elétricas partilhadas são frequentemente deixadas deitadas no chão ou espalhadas aleatoriamente pelo passeio, criando riscos contínuos de tropeços e quedas no percurso.	1	Regulamentar a micromobilidade: Implementar geo-fencing obrigatório e zonas de estacionamento designadas para todos os prestadores de serviços de micromobilidade, aplicando multas por estacionamento



Co-funded by
the European Union



Critério (Norma)	Métrica (Medida)	Conclusão da auditoria / Evidência	Pontuação de Impacto (1-5)	Proposta Cívica
	os outros (por exemplo, estacionadas fora do caminho).			incorreto que obstrua vias de passagem desimpedidas.
Percurso: Experiência de ponta a ponta	Teste de transferência sem interrupções: mede a facilidade e a acessibilidade da transição de um meio de transporte para o seguinte (por exemplo, sair da estação ferroviária e encontrar a paragem de autocarro correta).	O principal terminal rodoviário da cidade não dispõe de um percurso de transferência coberto, sinalizado ou orientado por TGSi desde a área de espera até à praça de táxis ou às principais paragens da cidade.	2	Projeto de orientação: Desenvolver um percurso sinalizado, contínuo e guiado por elementos táteis (em conformidade com as métricas UDM/TGSi) que ligue o principal nó de transportes a todos os pontos de trânsito urbano seguintes.
PONTUAÇÃO TOTAL (Secção 2):	(Média das 4 pontuações de impacto)	2		



Secção 3: Política Urbana e Envolvimento da Comunidade

Critério (Norma)	Métrica (Medida)	Conclusão da auditoria / Evidência	Pontuação de Impacto (1-5)	Proposta Cívica
Política: Mandato de Planeamento Inclusivo	Índice de integração das políticas: Avalia se as regras oficiais de planeamento da cidade exigem que as normas de acessibilidade sejam verificadas antes da aprovação de qualquer novo projeto urbano.	Não existe nenhuma lista de verificação ou mandato facilmente acessível ao público que indique explicitamente «Auditoria de acessibilidade obrigatória» antes da aprovação de licenças para cafés ou licenças de construção.	3	Integração de políticas: Publicar e aplicar uma lista de verificação prévia à aprovação para todas as licenças relativas a espaços públicos, tornando a conformidade com o UDM/TGSI o primeiro passo inegociável.
Finanças: Transparência orçamental	Orçamento dedicado à inclusão: Avalia se a cidade dispõe de um montante específico e identificável reservado exclusivamente para melhorias e manutenção em matéria de acessibilidade.	As reparações relacionadas com a acessibilidade estão agrupadas na rubrica geral «Manutenção e Estradas», o que torna impossível acompanhar as despesas anuais dedicadas à inclusão.	2	Transparência orçamental: Criar uma nova rubrica orçamental obrigatória e publicamente rastreável intitulada «Fundo Dedicado à Acessibilidade e à Remoção de Barreiras», com uma dotação anual mínima.
Defesa de direitos: Supervisão liderada por jovens	Participação no Comité Consultivo: Avalia se é garantido aos jovens — e, em especial, às pessoas com deficiência e às organizações de pessoas com deficiência — um lugar e uma voz formal nos órgãos de tomada de	A consulta existe, mas é pontual, sendo os jovens convidados apenas através de anúncios gerais por e-mail, sem representação obrigatória de organizações de pessoas com deficiência ou de jovens.	2	Formalizar a consulta: Criar um Comité Consultivo Permanente para a Juventude e a Deficiência, com representação obrigatória, para analisar todos os grandes projetos urbanos antes de serem lançados a concurso.



Co-funded by
the European Union



Critério (Norma)	Métrica (Medida)	Conclusão da auditoria / Evidência	Pontuação de Impacto (1-5)	Proposta Cívica
	decisão do planeamento urbano da cidade.			
Dados: Disponibilização de dados acessíveis	Transparência de dados direcionada: Avalia se a cidade partilha publicamente informações que mostrem <i>quem</i> utiliza os serviços (ou quem não os pode utilizar), discriminadas por idade e tipo de deficiência.	Os relatórios da cidade sobre a utilização dos transportes públicos e o fluxo de peões não categorizam os dados por situação de deficiência ou faixa etária.	2	Obrigações relativas aos dados: Exigir que todos os futuros inquéritos municipais, formulários de consulta pública e relatórios anuais incluam campos demográficos necessários para categorizar os dados por deficiência e faixa etária.
PONTUAÇÃO TOTAL (Secção 3):	(Média das 4 pontuações de impacto)	2,25		

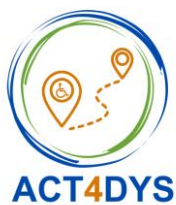
Secção 4: Acessibilidade digital e funcionalidades de cidade inteligente



Critério (Norma)	Métrica (Medida)	Conclusão da auditoria / Evidência	Pontuação de Impacto (1-5)	Proposta Cívica
WCAG: Acessibilidade das plataformas digitais	Pontuação de Acessibilidade Digital: Avalia se as principais plataformas online da cidade (site, formulários digitais, portais de reclamações) são totalmente utilizáveis por leitores de ecrã e cumprem as regras de acessibilidade digital (WCAG 2.2).	O principal formulário municipal de reclamações utiliza campos de entrada sem rótulos e um contraste de cores insuficiente, não cumprindo as normas básicas das WCAG e impedindo o envio através de leitores de ecrã.	1	Conformidade digital: Dedicar imediatamente uma equipa de TI para auditar e reformular todos os portais destinados ao público, de modo a alcançar a conformidade com o nível AA das WCAG 2.2, em conformidade com a Lei Europeia da Acessibilidade.
TIC: Quiosques de informação e ecrãs	Usabilidade dos ecrãs públicos: Avaliar se os ecrãs de informação digital (máquinas de bilhetes, mapas, ecrãs informativos) são acessíveis (altura e alcance adequados, contraste de cores, compatibilidade com leitores de ecrã).	As máquinas de bilhetes e os mapas públicos carecem frequentemente de uma opção de interface acessível a uma altura mais baixa e têm ecrãs cuja visibilidade é prejudicada pela luz solar.	3	Atualização da interface do utilizador: Exigir que toda a nova tecnologia de ecrãs públicos (e atualizações de software significativas) inclua um menu tátil ou com indicações áudio e uma relação de contraste mínima de 4,5:1 no ecrã.
Comunicação: Envolvimento acessível	Inclusão nas redes sociais: Avalia se os canais oficiais da cidade nas redes sociais implementam práticas de acessibilidade (por exemplo, legendas em vídeos, texto alternativo para imagens).	Os anúncios em vídeo raramente incluem legendas e as imagens publicadas (por exemplo, que mostram novos projetos de ruas) carecem frequentemente de texto alternativo descritivo.	2	Protocolo de Conteúdo: Implementar um protocolo obrigatório de conteúdo nas redes sociais para todo o pessoal municipal, exigindo 100% de legendas ocultas nos vídeos e texto alternativo descritivo em todas as imagens.



Co-funded by
the European Union



Critério (Norma)	Métrica (Medida)	Conclusão da auditoria / Evidência	Pontuação de Impacto (1-5)	Proposta Cívica
PONTUAÇÃO TOTAL (Secção 4):	(Média das 3 pontuações de impacto)		2	

Conhecimentos Práticos e Perspetivas

Embora o conhecimento teórico constitua o primeiro passo essencial para compreender o desenvolvimento urbano inclusivo, uma compreensão mais profunda requer a análise de casos reais, experiências vividas e boas práticas comprovadas. Esta secção vai além dos conceitos abstratos para explorar as barreiras reais enfrentadas pelos jovens com deficiência nos seus ambientes quotidianos, baseando-se diretamente nos resultados da investigação transnacional do ACT4DYS e nas perspetivas dos grupos de discussão, destacando práticas bem-sucedidas de inclusão das pessoas com deficiência e definindo os papéis específicos dos animadores juvenis e das partes interessadas.

1. Perspetivas sobre as necessidades dos jovens com deficiência

Os grupos de discussão realizados nos países parceiros do ACT4DYS (Bélgica, Chipre, Irlanda, Portugal, Espanha) revelaram que as barreiras comprometem sistematicamente a independência e a participação social dos jovens com deficiência, destacando as seguintes necessidades:

- **Necessidade de autonomia e dignidade:** Os participantes expressaram frustrações por terem de solicitar assistência com antecedência para aceder a serviços ou por se depararem com «alternativas de segunda categoria» (por exemplo, entradas laterais), o que lhes retira a autonomia e a dignidade. Esta dependência é agravada por obstáculos como a rígida exigência portuguesa de reserva com 6 horas de antecedência para bilhetes de comboio para utilizadores de cadeiras de rodas, o que afeta significativamente a espontaneidade e a flexibilidade.
- **Necessidade de infraestruturas consistentes:** a acessibilidade é condicional e implementada de forma desigual. Mesmo onde existem leis, a fraca aplicação em locais como Chipre conduz a melhorias irregulares ou de curta duração, particularmente nos passeios e nos transportes interurbanos.

- **Necessidade de acessibilidade não física:** Na maioria dos projetos urbanos, há uma atenção limitada às deficiências invisíveis. Isto agrava os desafios, tais como a necessidade de apoio não verbal (por exemplo, o cartão JAM da Irlanda) e de espaços adaptados às necessidades sensoriais.
- **Necessidade de abordar a infraestrutura histórica:** As cidades mais antigas, nomeadamente na Bélgica, Espanha e Portugal, enfrentam custos elevados e barreiras técnicas na adaptação de bairros históricos. Por exemplo, a tradicional «calçada portuguesa» (pavimento em mosaico) de Portugal coloca desafios significativos de mobilidade para um vasto leque de utilizadores.

2. Estudos de caso de projetos urbanos bem-sucedidos que incluem as pessoas com deficiência

A defesa dos interesses dos jovens ganha credibilidade ao apresentar casos de sucesso replicáveis, tanto dentro como fora da parceria. Eis alguns exemplos de estudos de caso identificados como boas práticas e incluídos no ePortfolio da ACT4DYS:

- [A cidade de Córdoba, em Espanha](#), demonstra que as instalações reversíveis (rampas, percursos táteis) podem conciliar a preservação histórica com as necessidades de acessibilidade. Além disso, recorre a tecnologias como os códigos QR da NaviLens para utilizadores com deficiência visual.
- O [Programa de Varsóvia para a Eliminação de Barreiras](#), em Varsóvia, na Polónia, alcançou uma acessibilidade de 100% nos autocarros e comboios do metro e centrou-se na adaptação das estações com elevadores e percursos táteis. A rede ferroviária de Łódź foi mais longe, oferecendo de forma proativa interpretação em língua gestual online a pedido durante a viagem.
- O [Programa de Apoio à Mobilidade Independente \(ITS\)](#) na Irlanda oferece formação gratuita e individualizada sobre deslocações a adultos com

deficiência até que se sintam à vontade para viajar sozinhos, reduzindo a dependência de cuidadores e reforçando a autoconfiança.

3. Papel dos animadores juvenis e de outras partes interessadas

Os animadores juvenis desempenham um papel essencial como facilitadores no processo de auditoria e defesa de causas. Prestam apoio e orientação aos jovens para os ajudar a realizar com proficiência a auditoria, identificando barreiras à acessibilidade e a desenvolver as suas próprias propostas cívicas baseadas em dados concretos, capacitando-os assim para defenderem cidades inclusivas e acessíveis. As suas responsabilidades neste módulo incluem:

- Orientar os jovens sobre como utilizar corretamente a Ferramenta de Auditoria do Desenvolvimento Urbano.
- Organizar e orientar auditorias no local, em ambientes reais, para documentar barreiras do mundo real ou desenvolver cenários em que essas barreiras sejam simuladas.
- Ajudar os jovens a apresentar as suas Pontuações de Impacto e Propostas Cívicas a autoridades públicas, tais como municípios, e a profissionais do setor urbano, tais como urbanistas.
- Outras partes interessadas, como urbanistas, representantes municipais e especialistas em deficiência, colaboram para garantir que as conclusões destas auditorias lideradas por jovens sejam tidas em consideração nas normas técnicas oficiais e nos orçamentos locais.

4. Estratégias para práticas urbanas sustentáveis e inclusivas

Para passar de melhorias isoladas para uma mudança sistémica, devem ser adotadas estratégias centradas na responsabilização e na evidência:

- **Defesa baseada em dados:** Utilizar ferramentas técnicas, como a Ferramenta de Auditoria do Desenvolvimento Urbano, para quantificar a gravidade da exclusão, em vez de se basear em queixas genéricas.
- **Concepção conjunta e liderança partilhada:** Envolver os jovens com deficiência como co-conselheiros em todas as fases do planeamento urbano.
- **Integração do Design Universal:** Assegurar que a acessibilidade seja um requisito legal por defeito em todos os novos projetos de espaços verdes ou de mobilidade, desde o primeiro dia.
- **Monitorização sustentada:** Estabelecer ciclos de auditoria regulares para garantir que as infraestruturas se mantêm acessíveis ao longo do tempo e que a manutenção é priorizada.

Estas estratégias garantem que o desenvolvimento urbano se baseie nas necessidades reais da comunidade, transformando a acessibilidade num direito mensurável, em vez de uma característica opcional.

Ligação ao Cenário de Simulação

O objetivo principal da simulação é que os participantes apliquem diretamente na prática o quadro técnico da Ferramenta de Auditoria do Desenvolvimento Urbano, assumindo o papel de auditores de conformidade e defensores das pessoas com deficiência. Esta simulação de papéis capacita os participantes a traduzir as suas observações sobre infraestruturas inacessíveis em dados mensuráveis e em exigências políticas profissionais.

A Ferramenta está integrada na simulação ao longo de três fases:

1. Fase I: A fase de auditoria (recolha de dados)

A simulação começa por dividir os participantes em equipas de 3 a 5 pessoas e atribuir-lhes o papel de auditores de conformidade. A cada equipa é atribuída uma área urbana ou bairro real para investigar. Caso não seja possível, na realidade, investigar um ambiente real, é atribuído à equipa um cenário de ambiente urbano simulado (que pode incluir uma descrição escrita do ambiente, mapas, imagens detalhadas ou simulações virtuais). A sua tarefa consiste em auditar sistematicamente este ambiente utilizando a Ferramenta para identificar barreiras em percursos pedonais, transportes, políticas locais e acesso digital.

Os participantes são instruídos a utilizar a coluna «Métrica» (Medida) da Ferramenta como guia para a avaliação. Em vez de se basearem em respostas emocionais, os jovens aprendem a realizar uma auditoria sistemática e técnica com base em normas europeias/internacionais (por exemplo, verificando a inclinação das rampas ou a largura livre do percurso, de acordo com a norma EN 17210 e os princípios da UDM).

Esta fase também dá ênfase à recolha de Conclusões/Provas da Auditoria, a «prova» crucial. As equipas registam observações factuais, e não opiniões, documentando exatamente onde a norma de acessibilidade não é cumprida (por exemplo, «O sinal em forma de A reduz a largura livre do percurso para 0,7 m na

paragem de autocarro»). Estas provas conferem credibilidade à subsequente Proposta Cívica perante os decisores.

2. Fase II: A fase de análise (pontuação e interpretação)

Assim que os dados são recolhidos, a equipa passa à análise da gravidade da exclusão. Esta é a fase em que a observação é convertida em dados quantificáveis.

Os participantes atribuem a Pontuação de Impacto (1-5) a cada barreira registada. Esta pontuação leva o exercício para além da simples classificação de algo como «inacessível», obrigando a equipa a determinar o grau de exclusão. As pontuações também orientam o processo de priorização. Pontuações baixas (Pontuação 1 ou 2) indicam deficiências estruturais e áreas de grave comprometimento da autonomia e independência. Este passo desafia diretamente a «lacuna de implementação», concentrando os recursos onde a política está a falhar mais drasticamente.

3. Fase III: A fase de defesa de causas (a apresentação)

O ponto culminante da simulação é o desenvolvimento e a apresentação da Proposta Cívica e uma troca estruturada de feedback profissional. Esta fase permite praticar as competências essenciais de defesa de direitos que o projeto procura desenvolver.

Os participantes trocam de papéis e tornam-se defensores das pessoas com deficiência. Utilizando as pontuações de impacto como ponto de partida, as equipas preenchem a coluna «A Apresentação/Proposta Cívica». Isto requer a elaboração de uma ação viável, ao nível das políticas, que aborde as barreiras identificadas. Para redigir as suas propostas, os participantes podem inspirar-se em estratégias bem-sucedidas do mundo real, documentadas no ePortfólio ACT4DYS e nos estudos de caso nele incluídos.

Todas as equipas têm a oportunidade de apresentar as propostas que desenvolveram. A equipa que apresenta mantém o papel de defensores das pessoas com deficiência e apresenta as suas conclusões e propostas ao grupo. Devem utilizar a linguagem autoritária das métricas e da conformidade para justificar por que razão as alterações propostas são necessárias para a independência e a dignidade. Enquanto uma equipa apresenta, as outras equipas assumem os papéis de representantes municipais e urbanistas. A partir desta perspetiva, fornecem feedback crítico sobre a apresentação, avaliando a viabilidade, a precisão técnica e o potencial político das propostas.

Esta simulação colaborativa permite que os jovens aprendam a apresentar evidências baseadas em dados, utilizando a linguagem autoritária das métricas e da conformidade, garantindo que as suas vozes sejam ouvidas e levadas a sério.

Por fim, uma sessão de balanço e reflexão final proporciona uma oportunidade estruturada para os participantes concluírem a sua experiência de aprendizagem. Com a orientação do formador, o grupo participa numa discussão sobre:

- Os desafios práticos encontrados durante a realização da auditoria e a identificação de barreiras técnicas.
- Novas perspetivas adquiridas sobre a relação entre métricas padronizadas e o planeamento inclusivo no mundo real.
- Estratégias concretas para utilizar a Ferramenta nas suas comunidades locais ou em esforços de defesa de causas.

Este processo de prática reflexiva consolida os principais resultados de aprendizagem do módulo, garantindo que os participantes saiam com a confiança e as competências baseadas em dados necessárias para defender ambientes urbanos acessíveis e inclusivos.



Co-funded by
the European Union



Glossário

- **Acessibilidade:** A conceção de produtos, dispositivos, serviços ou ambientes de forma a que possam ser utilizados por pessoas com uma ampla variedade de capacidades e deficiências.
- **Defesa de causas:** Um processo deliberado de utilização de evidências e dados para influenciar os decisores e as autoridades públicas a adotarem políticas urbanas inclusivas e a eliminarem barreiras ambientais.
- **Auditoria:** Uma investigação sistemática, objetiva e baseada em evidências de um ambiente ou serviço urbano específico, com o objetivo de verificar a conformidade com as normas de acessibilidade. Recorre a métricas e medições padronizadas para identificar barreiras físicas, sensoriais ou digitais que impedem a plena participação.
- **Conclusão da auditoria / Evidência:** A documentação factual de uma observação efetuada durante uma auditoria, tal como uma medição física ou uma falha de serviço registada, utilizada para comprovar uma alegação.
- **Proposta Cívica:** Uma solução específica a nível de políticas ou uma ação técnica recomendada às autoridades públicas para resolver uma causa subjacente à exclusão.
- **Auditor de conformidade:** Função atribuída aos participantes que utilizam a Ferramenta para verificar sistematicamente os espaços urbanos em relação às normas técnicas de acessibilidade, com o objetivo de identificar os casos em que os regulamentos não estão a ser cumpridos.
- **Critério (Norma):** A regra, o princípio ou o requisito legal de alto nível em relação ao qual um ambiente urbano é avaliado (por exemplo, o princípio do Design Universal para a Mobilidade).
- **Defensor das pessoas com deficiência:** Indivíduo que apoia e promove os direitos e a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.
- **Pontuação de Impacto (1-5):** Um sistema de classificação quantificável utilizado para medir a gravidade da exclusão causada por uma barreira, variando entre «Prática Modelo» (5) e «Exclusão Total» (1).

- **Lacuna de implementação:** A discrepância entre a legislação progressista existente e a prestação efetiva, no terreno, de serviços e infraestruturas acessíveis.
- **Métrica (medição):** Um teste específico e verificável ou uma medição física utilizada no terreno para determinar se uma norma está a ser cumprida.
- **Representante do município:** Função assumida pelos participantes para fornecer feedback sobre as conclusões da auditoria numa perspetiva da administração local, avaliando a viabilidade e o potencial político das alterações propostas.
- **Indicadores Táteis de Superfície do Solo (TSGI):** Pavimentação com textura especializada utilizada para fornecer avisos sensoriais ou orientação direcional a peões com deficiência visual.
- **Design Universal para a Mobilidade (UDM):** A aplicação do Design Universal especificamente ao percurso físico de deslocação, garantindo que os espaços públicos sejam utilizáveis por todos sem necessidade de adaptação.
- **Urbanista:** Função simulada durante a fase de feedback, responsável pela conceção dos espaços e infraestruturas da cidade; esta função avalia a exatidão técnica e a implementação prática das propostas cívicas desenvolvidas pelas equipas de auditoria.
- **Planeamento urbano:** O processo técnico e político de conceber e regulamentar a utilização dos espaços nas cidades, incluindo infraestruturas, transportes e espaços públicos.
- **Defesa de causas:** Um processo em que os jovens assumem a liderança na recolha de dados, na identificação de problemas e na proposta de soluções aos decisores, com o objetivo de influenciar o futuro das suas comunidades.

Bibliografia

Chapman, K., Ehrlich, C., O'Loughlen, J., & Kendall, E. (2024). A experiência de dignidade das pessoas com deficiência ao utilizarem comboios e autocarros numa cidade australiana. *Disability & Society*, 39(9), 2375–2399.

<https://doi.org/10.1080/09687599.2023.2203307>

Projeto DIGNITY. (2022). *Revisão da literatura: Efeitos da digitalização na mobilidade na sociedade*. Comissão Europeia. <https://www.dignity-project.eu/wp-content/uploads/2020/10/200519-D1.1-Literature-Review-Final.pdf>

Comissão Europeia: Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão. (2021). *União da igualdade: estratégia para os direitos das pessoas com deficiência 2021-2030*. Serviço das Publicações.

<https://data.europa.eu/doi/10.2767/31633>.

Comissão Europeia. (2021). *Lei Europeia da Acessibilidade (Diretiva UE 2019/882)*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32019L0882>

Comité Europeu de Normalização. (2021). *Acessibilidade e usabilidade do ambiente construído — Requisitos funcionais (EN 17210:2021)*. https://accessible-eu-centre.ec.europa.eu/content-corner/digital-library/en-172102021-accessibility-and-usability-built-environment-functional-requirements_en

Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. (2024). *Relatório sobre os Direitos Fundamentais de 2024*.

https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2024-fundamental-rights-report-2024_en.pdf

Eurostat. (2024). *Estatísticas sobre deficiência — pobreza e desigualdades de rendimento*. [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Disability statistics - poverty and income inequalities](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Disability_statistics_-_poverty_and_income_inequalities)

Jakub Niedbalski (2025). *(In)acessibilidade dos transportes públicos urbanos e exclusão nos transportes na Polónia: perspetiva dos pais de pessoas com deficiência intelectual profunda e deficiências múltiplas*, *Journal of Intellectual & Developmental Disability*, DOI: 10.3109/13668250.2025.2535874

<https://doi.org/10.3109/13668250.2025.2535874>

Projeto TRIPS. (2021). *Opiniões das pessoas com deficiência sobre a mobilidade no futuro*. Comissão Europeia, Horizonte 2020. <https://trips-project.eu/wp-content/uploads/2021/06/D2.1-TRIPS-White-Paper.pdf>

Nações Unidas. (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UN CRPD)*. <https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf>

Módulo 4 – CENÁRIO

Bem-vindos ao workshop dos agentes da mudança! Hoje, vão assumir o papel de especialistas urbanos para recuperar a vossa cidade. Ao longo desta simulação, irão desempenhar três funções distintas para transformar as vossas observações em evidências profissionais que os decisores não possam ignorar. Dependendo da configuração da sessão, irão avaliar um ambiente real no vosso bairro ou utilizar um ambiente urbano simulado. A vossa missão é demonstrar como barreiras específicas excluem as pessoas com deficiência e apresentar as soluções técnicas necessárias para as eliminar.

Ao longo da sessão, irá avançar através destas três perspetivas:

- Fases I e II: O auditor de conformidade – Começará por auditar sistematicamente o ambiente, a fim de transformar observações subjetivas em dados objetivos e factuais, utilizando as métricas UDAT.
- Fase III (função A): O defensor das pessoas com deficiência – Em seguida, mudará o foco para analisar a gravidade das barreiras identificadas e elaborar propostas cívicas persuasivas, ao nível das políticas, com vista à mudança.
- Fase III (função B): O Painel de Planeamento Urbano – Por fim, assumirão o papel de um funcionário municipal ou representante da autarquia, avaliando a viabilidade das propostas e fornecendo feedback crítico sobre como estas podem ser integradas em planos urbanos reais.

Nota para os participantes: Ao identificarem as barreiras, lembrem-se de que algumas delas podem refletir experiências pessoais de exclusão. Por favor, dêem prioridade ao vosso bem-estar, cuidem de vocês próprios e dos vossos colegas de equipa, e partilhem ou participem apenas num nível em que se sintam seguros e confortáveis.

Nota para os formadores: As durações indicadas para cada fase são orientativas. O tempo pode ser adaptado com base nas necessidades dos participantes, na complexidade do ambiente a ser analisado ou na profundidade das discussões em grupo, de modo a garantir uma experiência de aprendizagem significativa.

1. Introdução e apresentação (15 minutos)

- **Objetivo:** Apresentar a Ferramenta de Auditoria do Desenvolvimento Urbano («UDAT» ou «Ferramenta») e os quadros jurídicos que apoiam o desenvolvimento urbano inclusivo para pessoas com deficiência.
- **Papel do formador:**
 - Apresentar uma breve visão geral dos quadros jurídicos e estratégicos europeus/internacionais, explicando a discrepância entre a política e a prática (utilize os slides da apresentação com o conteúdo do ACT4DYS_WP3_ThematicModuleContent_4)
 - Apresente o objetivo, a estrutura e o conteúdo da Ferramenta, incluindo o Critério (Norma), a Métrica (Medição), as Conclusões/Evidências da Auditoria, a Pontuação de Impacto e a Proposta Cívica. Apresente exemplos para ilustrar como a Ferramenta é preenchida e utilizada na prática. Explique por que razão cada uma das quatro secções da Ferramenta é importante e como estas contribuem para o processo global de avaliação.
 - Destaque normas técnicas fundamentais, como a EN 17210 e o Design Universal para a Mobilidade (UDM).
- **Elemento lúdico:** Incentive o entusiasmo e a criatividade, explicando que as equipas serão avaliadas com base na precisão técnica da sua auditoria e na capacidade de persuasão da sua proposta política.
- **Pergunta pré-atividade:** «Pense numa ocasião em que viu uma solução “verde” (como uma estação de partilha de bicicletas) que, na verdade, criou uma nova barreira. Por que razão isso aconteceu?»

2. Formação de equipas e atribuição de funções (5 minutos)

- **Objetivo:** Formar equipas diversificadas de 3 a 5 pessoas e atribuir funções na simulação.
- **Papel do formador:** Assegurar que os participantes compreendem as tarefas e funções que lhes foram atribuídas durante cada uma das três fases do cenário de simulação.
- **Preparação:** Cada equipa recebe a Ficha de Atividade UDAT e um cenário simulado de ambiente urbano (incluindo descrições escritas, mapas e

imagens detalhadas de um bairro fictício). Se for possível realizar uma auditoria a um ambiente real, é atribuída a cada equipa uma área específica do bairro em que se encontram.

3. Fases I e II: Auditoria e análise (30-40 minutos)

- **Objetivo:** Avaliar sistematicamente o ambiente urbano atribuído para transformar observações subjetivas em dados objetivos e avaliar o impacto das barreiras, assumindo o papel de auditor de conformidade.
- **Divisão das tarefas:**

Fase I – Auditoria:

- Identificar barreiras à acessibilidade nas quatro secções do UDAT: Infraestruturas para Peões, Transportes Públicos, Política Urbana e Acessibilidade Digital.
- Utilizar a coluna «Métrica» para registar os resultados factuais da auditoria (por exemplo, medir a inclinação das rampas ou a largura livre dos percursos).
- Atribuir uma Pontuação de Impacto (1-5) para quantificar a gravidade da exclusão.

Fase II – Análise:

- Analisar os resultados classificados com 1 ou 2 (barreiras elevadas/exclusão total).
- Elaborar propostas cívicas viáveis, ao nível das políticas, para cada barreira identificada, utilizando casos de sucesso como fonte de inspiração.
- **Papel do formador:** Orientar e apoiar os participantes durante as fases de auditoria e análise, conforme necessário. Desafiar as equipas com dilemas técnicos:
 - «A câmara municipal afirma que este pavimento em mosaico histórico é um património cultural. Como propõem torná-lo acessível sem destruir o seu carácter?»
 - «Encontraram um ecrã de alto contraste que está demasiado alto para um utilizador de cadeira de rodas. Que norma técnica específica está a ser ignorada neste caso?»

- «O orçamento da cidade é apertado. Como justificariam o custo de um orçamento dedicado à inclusão?»

Transição de fase: das evidências à defesa e à ação

Agora que reuniram as vossas evidências factuais e avaliaram o impacto das barreiras identificadas, é hora de deixarem de ser auditores e começarem a ser defensores. À medida que cada equipa se prepara para apresentar as suas propostas, utilizando os dados recolhidos como alavanca para exigir mudanças, o resto do grupo assumirá os seus papéis como representantes municipais e urbanistas para formar o «Painel de Planeamento Urbano». A vossa tarefa, enquanto Painel, é mudar de perspetiva: analisar os dados da auditoria e as propostas cívicas sob a ótica da viabilidade, dos orçamentos municipais e das políticas a longo prazo. Preparem-se para dar feedback crítico e construtivo sobre como estes projetos podem, de forma realista, ser integrados nos planos futuros da cidade

4. Fase III: Defesa de causas – apresentação e argumentação (15 minutos)

- **Objetivo:** As equipas apresentam os seus dados de auditoria e propostas para influenciar os decisores simulados, assumindo o papel de defensores das pessoas com deficiência.
- **Descrição da tarefa:**
 - As equipas utilizam a linguagem dos decisores, justificando as alterações propostas com métricas técnicas e dados de conformidade.
 - Justifiquem por que razão as áreas com elevadas barreiras (Pontuação 1) representam uma negação total de direitos.
- **Papel do formador:** Atuar como presidente do «Painel de Planeamento Urbano». Enquanto uma equipa faz a apresentação na qualidade de defensores das pessoas com deficiência, as outras equipas, orientadas pelo formador, assumem os papéis de representantes do município e de urbanistas para fornecer feedback crítico sobre a viabilidade e o potencial político.

5. Avaliação e julgamento (10 minutos)

- **Objetivo:** As equipas recebem feedback sobre a qualidade da sua auditoria e a viabilidade das suas propostas.
- **Papel do formador:** Orientar e apoiar o grupo coletivo na avaliação da equipa apresentadora com base na precisão técnica (a equipa aplicou corretamente os indicadores e a pontuação padronizada?), na qualidade das

evidências (a Proposta Cívica baseia-se em evidências factuais da auditoria?) e na viabilidade política (a proposta é exequível e está alinhada com as normas europeias?).

- **Elemento lúdico:** Atribuir pontos à apresentação mais baseada em dados e à equipa que melhor identificou as barreiras «ocultas».

6. Análise e reflexão (15 minutos)

- **Objetivo:** Consolidar os resultados da aprendizagem e discutir a aplicação no mundo real.
- **Pontos de discussão:**
 - Encontraram alguma dificuldade ou desafio durante a auditoria?
 - Qual foi a parte mais difícil na elaboração de uma Proposta Cívica que fosse simultaneamente realista e eficaz?
 - Na sua apresentação, qual foi a métrica ou norma técnica específica (como a UDM ou as WCAG) que lhe pareceu ser a «alavanca» mais forte para o seu argumento?
 - Como pode utilizar o UDAT na sua comunidade local?
- **Verificação final de conhecimentos:** Pergunte aos participantes:
 - «Se fossem um responsável municipal a receber esta auditoria amanhã, qual seria a primeira prova que vos convenceria de que uma atualização é uma necessidade em termos de direitos humanos e não apenas uma funcionalidade “agradável de se ter”?»
 - Identifique uma área no seu próprio bairro que queira auditar utilizando esta ferramenta. Qual é o primeiro critério que irá verificar?

Módulo 4 – ATIVIDADE

Título da ficha de atividade: Ferramenta de Auditoria ao Desenvolvimento Urbano

Título do módulo/cenário: Módulo/Cenário 4: Ferramenta de Auditoria ao Desenvolvimento Urbano (UDAT)

Funções atribuídas: Auditor de conformidade, defensor das pessoas com deficiência, representante do município e urbanista

Objetivo da atividade:

Na qualidade de auditor de conformidade e defensor das pessoas com deficiência, o seu objetivo é auditar sistematicamente o ambiente urbano simulado utilizando a Ferramenta de Auditoria do Desenvolvimento Urbano. Terá de observar e identificar barreiras, registar essas barreiras em dados quantificáveis e elaborar e apresentar propostas baseadas em evidências destinadas a influenciar as políticas, a fim de defender a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência.

Na qualidade de representante do município ou urbanista, o seu objetivo é avaliar criticamente a viabilidade, a exatidão técnica e o potencial político das propostas apresentadas. Deverá fornecer feedback profissional, avaliando se as soluções propostas estão em conformidade com as normas técnicas, tendo simultaneamente em conta as restrições práticas do município, tais como orçamentos e infraestruturas urbanas existentes.

Instruções:

1. Analise o cenário e a UDAT: Leia atentamente a descrição da sua área urbana simulada (ANEXO I), que lhe foi atribuída pelo formador. Se for possível realizar esta parte ao ar livre, examine cuidadosamente a área que lhe foi atribuída: preste especial atenção aos elementos de infraestrutura, aos transportes e aos espaços públicos. Lembre-se de ter cuidado e certifique-se de que é seguro fazê-lo. Familiarize-se com a Ferramenta de Auditoria de Desenvolvimento Urbano (ANEXO II), analisando os «Critérios (Normas)» e as «Métricas (Medidas)» específicas para todas as quatro Secções (Infraestruturas Pedonais, Transportes Públicos, Política Urbana, Acessibilidade Digital).

2. Identifique barreiras à acessibilidade e registe as evidências (Fase I – Auditoria):

Assuma o papel de auditor de conformidade. Utilizando a UDAT e investigando a área que lhe foi atribuída, realize a auditoria factual. Para, pelo menos, uma métrica em cada uma das quatro secções, preencha a coluna «Conclusões/Evidências da Auditoria». Registe observações precisas e factuais, em vez de sentimentos e impressões gerais (por exemplo, «A largura livre do caminho medida é de 0,8 m devido às mesas do café», em vez de «O caminho é demasiado estreito»).

3. Quantifique o impacto (Fase II – Análise):

Com base nas evidências factuais que registou e utilizando o guia de pontuação para justificar a sua seleção, atribua uma Pontuação de Impacto (1-5) a cada conclusão. As pontuações de 1 (Exclusão Total) ou 2 (Barreira Significativa) devem ser reservadas para conclusões que indiquem uma barreira significativa que impeça fisicamente alguém de utilizar o espaço ou que represente riscos graves de segurança.

4. Elabore as suas propostas e apresentações (Fase III – Defesa):

Assuma o papel de defensor das pessoas com deficiência e discuta as suas conclusões com a sua equipa. Para cada barreira com pontuação igual ou inferior a 3, elabore uma Proposta Cívica específica, ao nível das políticas, na coluna final do UDAT. A sua solução deve abordar a causa principal e propor uma ação ao nível das políticas. Estruture as suas propostas em torno da correção do Indicador ou fazendo referência a instrumentos específicos da UE, para garantir que sejam credíveis para os decisores:

Exemplo 1 (infraestruturas físicas): «Propomos uma disposição municipal para fazer cumprir a norma de inclinação máxima de 1:12 em todas as entradas de edifícios públicos, em estrita conformidade com os requisitos funcionais da norma EN 17210:2021».

Exemplo 2 (políticas/legislação): «Propomos a criação de um orçamento específico para a inclusão, destinado à adaptação de centros de transportes de modo a cumprir os requisitos de acessibilidade do Ato Europeu de Acessibilidade (Diretiva UE 2019/882)».

Prepare a sua apresentação: prepare-se para apresentar os seus dados de auditoria, Pontuações de Impacto e Propostas Cívicas ao «Painel de Planeamento Urbano» (as outras equipas). Certifique-se de que as suas propostas se baseiam nas evidências que recolheu, demonstrando que as suas soluções são

necessidades em matéria de direitos humanos, apoiadas por métricas mensuráveis e utilizando a linguagem técnica oficial do planeamento urbano.

5. Dê feedback sobre as propostas das outras equipas

Quando as outras equipas estiverem a apresentar, assuma o papel de representante municipal ou urbanista, como parte do «Painel de Planeamento Urbano». Nesta função, deve avaliar criticamente a viabilidade, a precisão técnica e o potencial político das Propostas Cívicas das outras equipas. Utilize o seu conhecimento das restrições do planeamento urbano para fazer perguntas desafiantes sobre a forma como o projeto delas apoia grupos específicos de utilizadores ou como priorizaram as suas pontuações de impacto. Ofereça feedback construtivo para ajudar as outras equipas a aperfeiçoar os seus argumentos, garantindo que as suas propostas sejam suficientemente robustas para resistir ao escrutínio municipal no mundo real.

6. Balanço e reflexão

Após as apresentações finais, as equipas participarão numa sessão de reflexão de 15 minutos para consolidar os resultados da aprendizagem e discutir a aplicação na prática das conclusões da auditoria. Durante este período, as equipas são encorajadas a:

- avaliar quaisquer dificuldades técnicas ou desafios encontrados durante o processo de auditoria
- identificar os aspetos mais difíceis da elaboração de uma Proposta Cívica que seja simultaneamente realista para as autoridades municipais e eficaz para o utilizador final
- refletir sobre qual a métrica ou norma técnica específica que serviu de «alavanca» mais poderosa durante a apresentação para justificar as escolhas de conceção
- como o UDAT pode ser implementado na prática na comunidade local para defender os direitos e a inclusão dos jovens com deficiência.

Recursos adicionais:

Consulte as secções relevantes do portfólio eletrónico interativo com estudos de caso e melhores práticas em desenvolvimento urbano inclusivo.



Co-funded by
the European Union



Espaço para notas e ideias:

ANEXO I: Ambientes urbanos simulados

Nota aos formadores: Para reforçar a natureza imersiva destes cenários, recomenda-se vivamente que as descrições escritas sejam complementadas com recursos visuais relevantes. Estes podem incluir fotografias de barreiras arquitetónicas semelhantes, mapas topográficos ou plantas que reflitam os cenários descritos abaixo (por exemplo, um porto costeiro, um nó de transportes ou uma encosta histórica). Fornecer estas pistas visuais ajuda os participantes a «avaliar» o espaço e a compreender melhor a escala técnica das barreiras que estão a identificar.

Nota aos participantes: O vosso formador irá atribuir à vossa equipa um dos seguintes cinco ambientes urbanos simulados. Cada cenário representa um arquétipo urbano do mundo real encontrado em toda a Europa, desde cidades costeiras históricas a centros tecnológicos modernos. Embora estes ambientes sejam fictícios, as barreiras que contêm baseiam-se nas experiências vividas por jovens com deficiência.

A vossa missão consiste em «entrar» no cenário descrito, visualizar os obstáculos e utilizar a Ferramenta de Auditoria ao Desenvolvimento Urbano (UDAT) para transformar estas observações em dados profissionais e baseados em evidências.

● Ambiente Simulado 1: O Porto Histórico

O cenário: Encontra-se num belo porto histórico, onde o mar Mediterrâneo turquesa se encontra com as antigas muralhas da cidade. Esta zona é o principal centro social da cidade, repleta de turistas, lojas locais e cafés à beira-mar. O passeio está decorado com tradicionais caminhos de «calçada» em calcário e modernos quiosques informativos alimentados a energia solar que partilham a história do local.

A experiência: Ao tentar percorrer o passeio marítimo, apercebe-se de que os «encantadores» paralelepípedos são muito irregulares e soltos em alguns pontos. Para alguém que utilize uma cadeira de rodas ou um andarilho, os solavancos e choques constantes tornam a deslocação dolorosa e a manobra difícil. Dirige-se a um quiosque digital para encontrar a casa de banho acessível mais próxima, mas verifica que o ecrã está montado numa base alta de betão, sem rampa. Está mesmo em frente ao quiosque, mas a informação está fisicamente fora do seu alcance.

A tarefa: Utilizando o UDAT, registe as barreiras físicas e digitais específicas que identificou neste contexto. Atribua uma Pontuação de Impacto a cada barreira para mostrar em que medida esta limita a participação das pessoas com deficiência e elabore uma Proposta Cívica com soluções realistas para tornar este ambiente verdadeiramente inclusivo.

- **Ambiente simulado 2: O nó de transportes público sob chuva**

O cenário: É uma típica tarde cinzenta e chuvosa num importante nó de transportes urbanos. Esta estação é um «Smart Hub», uma instalação novinha em folha de vidro e aço onde autocarros e comboios ligeiros se interligam. É um local vital para os jovens que se deslocam para a faculdade, para o trabalho ou para eventos sociais.

A experiência: Está a tentar encontrar a plataforma de autocarro correta enquanto a chuva se intensifica. Como pessoa com deficiência visual, depende dos ladrilhos amarelos em relevo no chão para o guiar em segurança. No entanto, à medida que caminha em direção ao abrigo, os ladrilhos terminam repentinamente, deixando-o num espaço aberto de betão sem qualquer orientação para a entrada. Olha para o painel digital de chegadas para ver quando é que o próximo autocarro vai chegar, mas o texto pequeno e cinzento-claro fica ilegível devido ao brilho do vidro molhado e à luz fraca.

A tarefa: utilizando o UDAT, registe as barreiras físicas e digitais específicas que identificou neste cenário. Atribua uma Pontuação de Impacto a cada barreira para mostrar em que medida esta limita a participação das pessoas com deficiência e elabore uma Proposta Cívica com soluções realistas para tornar este ambiente verdadeiramente inclusivo.

- **Ambiente simulado 3: O parque natural ecológico**

O cenário: Chegaste a um grande parque comunitário conhecido pelas suas trilhas arborizadas, monumentos históricos e «jardins de chuva» concebidos para ajudar o ambiente. É um local tranquilo destinado ao relaxamento e a encontros em grupo.

A experiência: Quer juntar-se aos seus amigos numa mesa de piquenique na colina relvada. O caminho principal que conduz até lá é muito mais íngreme do que parecia à distância, tornando quase impossível subir sem ajuda. Para manter a sustentabilidade, os construtores do parque utilizaram lascas de madeira soltas em vez de pavimento nas trilhas laterais. Ao tentar entrar no jardim sensorial, as rodas da sua cadeira de rodas ou os seus sapatos afundam-se na cobertura vegetal macia e lamacenta, e dá por si preso e incapaz de avançar.

A tarefa: Utilizando o UDAT, registe as barreiras físicas e digitais específicas que identificou neste cenário. Atribua uma Pontuação de Impacto a cada barreira para mostrar em que medida esta limita a participação de pessoas com deficiência e elabore uma Proposta Cívica com soluções realistas para tornar este ambiente verdadeiramente inclusivo.

- **Ambiente simulado 4: A praça «Superbloco»**

O Cenário: Está num «Superbloco» moderno, uma praça residencial onde os carros são proibidos, para que o espaço pertença inteiramente às pessoas. Há árvores, bancos e áreas abertas para as crianças brincarem e os vizinhos conversarem.

A Experiência: Ao tentar atravessar a praça para se encontrar com um amigo, dá por si num labirinto. Como não há carros, os restaurantes locais colocaram as suas mesas pesadas e grandes vasos de flores por toda a calçada. Não há um caminho reto e desimpedido com largura suficiente para duas pessoas se cruzarem. Dirige-se para uma «Zona Silenciosa» designada para fazer uma pausa da multidão, mas descobre que esta se situa mesmo ao lado de um parque infantil barulhento com escorregas metálicos que fazem barulho, tornando impossível encontrar alguma paz.

A tarefa: utilizando o UDAT, registe as barreiras físicas e digitais específicas que identificou neste cenário. Atribua uma Pontuação de Impacto a cada barreira para mostrar em que medida esta limita a participação das pessoas com deficiência e elabore uma Proposta Cívica com soluções realistas para tornar este ambiente verdadeiramente inclusivo.

- **Ambiente Simulado 5: A Encosta Histórica**

O Cenário: Está num bairro animado, situado numa encosta, famoso pelas suas ruas íngremes e pelas belas «calçadas» (pedras brancas e pretas dispostas em padrões decorativos). É uma das zonas mais famosas da cidade.

A Experiência: O chão sob os vossos pés é bonito, mas muito escorregadio, especialmente com o nevoeiro matinal. Para um jovem com dificuldades de mobilidade, cada passo parece inseguro. Sabem que existe um elevador público nas proximidades para ajudar as pessoas a evitar a subida mais íngreme, mas quando chegam ao sopé da colina, não há sinalização que indique se está a funcionar. Esforçam-se a subir metade da encosta íngreme, apenas para encontrarem um pequeno aviso «Fora de Serviço» na porta do elevador. Não houve qualquer aviso no início do seu percurso.

A tarefa: utilizando a UDAT, registe as barreiras físicas e digitais específicas que identificou neste contexto. Atribua uma Pontuação de Impacto a cada barreira para mostrar em que medida esta limita a participação das pessoas com deficiência e elabore uma Proposta Cívica com soluções realistas para tornar este ambiente verdadeiramente inclusivo.



Co-funded by
the European Union





Co-funded by
the European Union



ANEXO II: Ferramenta de Auditoria ao Desenvolvimento Urbano (UDAT)

Secção 1: Infraestruturas para peões e espaços públicos

Critério (Norma)	Métrica (Medida)	Conclusão da auditoria / Evidência	Pontuação de Impacto (1-5)	Proposta Cívica
UDM: Percursos contínuos e desobstruídos	Pontuação do percurso de passagem: Avalia se o percurso pedonal é suficientemente largo (mín. 1,5 m) para permitir que duas pessoas, como dois utilizadores de cadeiras de rodas ou uma pessoa com um carrinho de bebé, se cruzem em segurança.			
UDM: Acessibilidade de vertical	Teste de usabilidade das rampas: Avalia a inclinação das rampas e dos rebaixamentos dos passeios para garantir que são seguros e fáceis de utilizar por utilizadores de cadeiras de rodas sem assistência ou por pessoas com dificuldades de mobilidade.			
TGSI: Orientação Tátil e Visual	Verificação de segurança direcional: Avalia se o pavimento texturado (TGSI — Indicadores Táteis de Superfície do Solo) está corretamente colocado para alertar para perigos, como passagens de peões, ou para orientar utilizadores com deficiência visual.			



Segurança: Localização de Obstáculos e Mobiliário Urbano	Pontuação de Impacto dos Obstáculos: Mede o risco de o mobiliário urbano (sinais, postes de amarração, bancos) causar tropeções, quedas ou colisões a utilizadores com deficiências visuais e de mobilidade.			
PONTUAÇÃO O TOTAL (Secção 1):	(Média das 4 pontuações de impacto)			

Secção 2: Transportes públicos e transportes ecológicos

Critério (Norma)	Métrica (Medida)	Conclusão da auditoria / Evidência	Pontuação de Impacto (1-5)	Proposta Cívica
Sistema: Acessibil idade de veículos e paragens	Acesso aos Veículos e Verificação da Distância: Avalia se o veículo (autocarro, elétrico, metro) e a paragem se ligam de forma segura (piso rebaixado, rampa funcional) com uma distância ou degrau mínimo.			
Informaç ão: Acesso multimod al	Clareza das Informações de Viagem: Avalia se as informações de viagem em tempo real (por exemplo, atrasos, chegadas) são fornecidas em vários formatos que todos possam utilizar (anúncios de áudio, texto claro em ecrãs de alto contraste).			
Sustenta bilidade: Inclusão no transport e	Pontuação do Transporte Ecológico Partilhado: Avalia se as opções sustentáveis, como bicicletas elétricas e trotinetes partilhadas, estão posicionadas e geridas de forma a não criar obstáculos para os outros (por exemplo, estacionadas fora do caminho).			



Co-funded by
the European Union



ecológico				
Viagem: Experiência de ponta a ponta	Teste de transferência sem interrupções: Avalia a facilidade e a acessibilidade da transição de um meio de transporte para outro (por exemplo, sair da estação ferroviária e encontrar a paragem de autocarro correta).			
PONTUAÇÃO TOTAL (Secção 2):	(Média das 4 pontuações de impacto)			

Secção 3: Política Urbana e Envolvimento da Comunidade

Critério (Padrão)	Métrica (Medida)	Conclusão da auditoria / Evidência	Pontuação de Impacto (1-5)	Proposta Cívica
Política: Mandato de Planeamento Inclusivo	Índice de integração das políticas: Avalia se as normas oficiais de planeamento da cidade exigem que as normas de acessibilidade sejam verificadas antes da aprovação de qualquer novo projeto urbano.			
Finanças: Transparência Orçamental	Orçamento Dedicado à Inclusão: Avalia se a cidade dispõe de um montante específico e identificável reservado exclusivamente para melhorias e manutenção da acessibilidade.			



Co-funded by
the European Union



Defesa de direitos: Supervisão liderada por jovens	Participação em comités consultivos: Avalia se é garantido aos jovens — e, em especial, às pessoas com deficiência e às organizações de pessoas com deficiência — um lugar e uma voz formal nos órgãos de tomada de decisão do planeamento urbano da cidade.			
Dados: Disponibilização de dados acessíveis	Transparência de dados específicos: Avalia se a cidade partilha publicamente informações que revelem <i>quem</i> pode utilizar um serviço específico e se existem limites claros em relação à idade ou ao tipo de deficiência.			
PONTUAÇÃO TOTAL (Secção 3):	(Média das 4 pontuações de impacto)			



Secção 4: Acessibilidade digital e funcionalidades de cidade inteligente

Critério (Padrão)	Métrica (Medição)	Conclusão da auditoria / Evidência	Pontuação de Impacto (1-5)	Proposta Cívica
WCAG: Acessibilidade e das plataformas digitais	Pontuação de Acessibilidade Digital: Avalia se as principais plataformas online da cidade (site, formulários digitais, portais de reclamações) são acessíveis e cumprem as regras de acessibilidade digital (WCAG 2.2).			
TIC: Quiosques e ecrãs informativos	Usabilidade dos ecrãs públicos: Avalia se os ecrãs de informação digital (máquinas de bilhetes, mapas, ecrãs informativos) são acessíveis (altura e alcance adequados, contraste de cores, compatibilidade com leitores de ecrã).			
Comunicação : Envolvimento Acessível	Inclusão nas redes sociais: Avalia se os canais oficiais da cidade nas redes sociais implementam práticas de acessibilidade (por exemplo, legendas em vídeos, texto			



Co-funded by
the European Union



	alternativo nas imagens).			
PONTUAÇÃO TOTAL (Secção 4):	(Média das 3 pontuações de impacto)			

Guia de pontuação (Pontuação de Impacto)

Pontuação	Classificação de Impacto	Conformidade e gravidade da barreira
5	Sem barreiras / Prática exemplar	Excede o padrão mínimo da métrica. Design altamente funcional e inclusivo.
4	Barreira menor / Aceitável	Cumpe o padrão mínimo. Totalmente em conformidade, sem problemas significativos de segurança ou acesso.
3	Barreira moderada / Conformidade parcial	Não cumpre um dos critérios (por exemplo, colocação de sinalética não crítica). Requer pequenas alterações.
2	Barreira significativa / Não conforme	Não cumpre um critério crítico (por exemplo, inclinação inadequada da rampa, ausência de sinal sonoro). Requer uma reformulação significativa.
1	Barreira elevada / Exclusão total	Incumprimento total dos critérios (por exemplo, ausência de rampa, obstrução total do percurso). Conduz à exclusão total de um grupo de utilizadores.



Módulo 4 – RUBRICA

Rubrica para a Avaliação do Cenário 4: A Ferramenta de Auditoria do Desenvolvimento Urbano (UDAT)

Esta rubrica foi concebida como uma ferramenta tanto para a aprendizagem contínua como para a avaliação final. Para além de atribuir uma pontuação, destina-se a incentivar uma auto-reflexão profunda e um feedback construtivo entre pares ao longo da simulação. Encorajamo-lo a utilizar estes critérios para avaliar o seu próprio progresso, estimular discussões em equipa e aperfeiçoar as suas escolhas de conceção, de modo a melhor satisfazer as necessidades dos jovens com deficiência.

Crítérios	5 – Exemplar	4 – Competente	3 – Satisfatório	2 – A necessitar de melhorias	1 - Insatisfatório
Compreensão dos critérios e métricas de acessibilidade	Demonstra uma compreensão profunda de como os critérios de alto nível (por exemplo, Design Universal para a Mobilidade) se relacionam com métricas físicas específicas (por exemplo, inclinações das rampas).	Identifica claramente os critérios e as métricas associadas ao desenvolvimento inclusivo, com apenas pequenas omissões técnicas.	Apresenta uma descrição básica dos critérios e métricas, mas tem dificuldade em explicar a relação técnica entre eles.	Compreensão limitada; confunde regras de alto nível com as medições específicas utilizadas para verificação.	Não consegue identificar nem explicar os critérios e métricas utilizados para o desenvolvimento inclusivo
Análise baseada em dados dos desafios	Analisa de forma perspicaz os atuais desafios europeus em matéria de acessibilidade, utilizando uma abordagem	Analisa os desafios com uma boa compreensão de como as evidências baseadas em	Apresenta uma análise geral dos desafios urbanos, mas carece de profundidade na metodologia baseada em dados.	Apresenta uma análise superficial, com pouca ligação a dados técnicos ou evidências registadas.	A análise é irrelevante, incorreta ou carece de qualquer fundamento baseado em dados.



Crítérios	5 – Exemplar	4 – Competente	3 – Satisfatório	2 – A necessitar de melhorias	1 - Insatisfatório
	estritamente baseada em dados, com base nas conclusões do UDAT.	dados sustentam as conclusões.			
Aplicação da regulamentação na defesa de causas	Explica de forma impecável como os instrumentos internacionais e europeus servem de base para a defesa de causas a nível local.	Explica a relevância dos principais instrumentos para a defesa de causas a nível local, com uma compreensão clara da sua autoridade jurídica.	Menciona os instrumentos relevantes, mas fornece uma explicação limitada sobre a forma como estes reforçam os esforços de defesa de causas.	As explicações sobre os instrumentos são vagas ou não conseguem relacioná-los com o processo de defesa de causas.	Não explica a relevância dos instrumentos ou fornece informações imprecisas.
Aplicação do UDAT	Aplica com precisão o UDAT para identificar barreiras complexas nos serviços para peões, de transportes e digitais.	Identifica corretamente as principais barreiras na maioria das secções auditadas, utilizando a estrutura da ferramenta.	Identifica desafios básicos de acessibilidade, mas não deteta barreiras significativas nas categorias digitais ou políticas.	Identifica poucas barreiras e tem dificuldade em navegar pelas secções específicas da Ferramenta de Auditoria.	Não consegue identificar barreiras ou não consegue aplicar a ferramenta ao ambiente urbano.
Conversão de dados técnicos	Traduz com perícia as observações técnicas em métricas padronizadas precisas e pontuações de impacto quantificáveis.	Traduz com precisão a maioria das observações em métricas técnicas e pontuações numéricas.	Converte algumas observações em métricas, mas carece de consistência na quantificação da gravidade da exclusão.	As observações técnicas são mal traduzidas em métricas ou pontuações padronizadas.	Não consegue traduzir as observações em métricas nem fornecer dados quantificáveis.
Formulação de propostas exequíveis	Formula propostas altamente exequíveis e	Desenvolve propostas práticas para as autoridades	Sugere melhorias básicas, mas as propostas podem carecer de	As propostas são vagas, impraticáveis ou não estão	Não formula propostas ou as sugestões não se baseiam em



Co-funded by
the European Union



Critérios	5 – Exemplar	4 – Competente	3 – Satisfatório	2 – A necessitar de melhorias	1 - Insatisfatório
	baseadas em evidências, fundamentadas nas normas europeias.	públicas que abordam os obstáculos com base em evidências técnicas.	viabilidade ou de uma base direta nas normas técnicas.	claramente ligadas às conclusões da auditoria.	normas ou em evidências.